

BOLETIM DE SERVIÇOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

➡➡➡➡➡➡ 2020 ⬅️⬅️⬅️⬅️⬅️⬅️

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Reitor

Prof. Dr. José Juliano Cedaro
Vice-Reitor

Me. Ivanda Soares da Silva
Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Pró-Reitor de Graduação

Me. Edson Carlos Fróes de Araújo
Pró-Reitor de Planejamento

Charles Dam Souza Silva
Pró-Reitor de Administração

Prof.ª Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

Prof. Me. Carlos Luis Ferreira Da Silva
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Marcus Vinicius Rivoiro
Assessor de Comunicação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER Nº 4/2020/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99916751E.000003/2019-96
INTERESSADO: WALTERLINA BARBOZA BRASIL

PARECER VISTAS

I. RELATÓRIO

Trata-se de uma proposta encaminhada pela Conselheira Walterlina Barbosa Brasil (0114851) em 16/04/2019, sob a forma de uma minuta de Resolução para regulamentar a gestão dos espaços físicos na UNIR (0114854).

Na CPPMA o processo foi encaminhado para a Conselheira Fernanda Bay Hurtado em 14/08/2019, para em seguida ter sido designado o Conselheiro Marlos Porto (0230370) em 11/09/2019, pois naquele momento era ele quem estava no exercício do mandato. Em 13/11/2019 o citado conselheiro emitiu o Parecer 5/2019/CAMPPMA (0277804).

Na 51ª sessão ordinária da CPPMA, realizada em 12-02-2020, foi concedida vistas ao conselheiro Reginilson Correa de Carvalho Guimarães (0363633), que em 31/03/2020 emitiu o parecer 4/2020/CAMPPMA (0381220). Neste último parecer o relator propôs que a resolução fosse aplicada exclusivamente para o campus de Porto Velho e não para todos os campi da UNIR, como constava na proposta inicial.

Na 52ª sessão ordinária da CPPMA, realizada em 08 de abril de 2020, foi rejeitado por unanimidade o parecer original (005/2019) do conselheiro Marlos Oliveira Porto, e aprovado por unanimidade o parecer-vistas do conselheiro Reginilson C. de C. Guimarães. Contudo, a Conselheira Fernanda Bay Hurtado propôs como emendas aditivas “Estender a resolução para Unir toda, a qual foi aprovada por unanimidade” e “que os ambientes possam ser utilizados tanto para o ensino, pesquisa e extensão, a qual foi aprovada por 4 votos favoráveis e 3 contrários”, passando a compor uma nova minuta (0429134).

Na reunião do pleno do Consad de 28/04/2020 este processo foi apresentado, mas retirado de pauta por decisão da presidência para que houvesse parecer de algumas unidades, como a Diretoria de Engenharia e Arquitetura/Direa. No entanto, foi reapresentado na reunião do Consad de 30/06/2020 sem qualquer nova manifestação.

Este conselheiro pediu vistas (0454515), tendo diligenciado para as Diretorias dos Campi, Diretoria Administrativa do Campus de Porto Velho e Direa. Estas duas últimas pediram uma reunião para discutir alguns pontos do processo, realizada dia 15 de julho último. As Diretorias dos Campi encaminharam os processos para a suas Coordenações Administrativas, que opinaram sobre o assunto, anexando os respectivos posicionamentos nos autos.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A discussão sobre o uso dos espaços físicos na Unir e, principalmente, se isso levar ao encontro de soluções que efetivamente garantam o desenvolvimento das ações acadêmicas sem os transtornos frequentes, é algo louvável e que deve ser encorajado, pois não é incomum a dificuldade para organizar até eventos simples como bancas, ou nos depararmos com falta de salas para ministrar aulas.

Dentro desse contexto há de se correlacionar os cuidados com o patrimônio, cujos responsáveis por equipamentos, mesas ou carteiras, por exemplo, são obrigados a repor à União itens que extraviaram, sem que tenham efetiva condição de exercer o devido cuidado sobre esses bens. Além disso, há a constante disputa por espaços, justas ou injustas, ao mesmo tempo que temos ambientes que ficam ociosos. Portanto, estamos perante um grande desafio, pois precisamos atender diferentes necessidades com poucos recursos para investimentos ou para custear a manutenção de cada prédio ou mobiliário.

A proposta de resolução em questão tenta de alguma forma resolver isso, mas ainda esbarra em vários problemas, como a falta de um plano de diretor e da definição a quem compete ou “pertence” cada ambiente, muitos deles sob uma espécie de litígio informal. Mais ainda, há proposições que atribuem funções para algumas unidades, que segundo seus gestores não haveria condições de cumprir o que se pretende estabelecer, como veremos a seguir.

1. No inciso II do Art. 1º afirma que um dos objetivos da norma proposta é “Assegurar a autonomia das Unidades de gestão administrativa, acadêmica e patrimonial quanto a (sic) ocupação adequada dos espaços físicos existentes”. Pergunto: autonomia em relação a quem? Se houver

impasses entre uma unidade de gestão acadêmica e uma de gestão administrativa, por exemplo, sobre um determinado espaço físico, quem irá resolver?

2. No inciso I do Art. 3º afirma que “Espaços de Sala de Aula: abrigam as atividades de ensino e ao uso regular do calendário acadêmico...” Pergunto: O que é o uso regular do calendário acadêmico?
3. No mesmo inciso citado acima diz que os espaços de sala de aula “São prioritários em relação a (sic) ocupação e distribuição do uso.” Pergunto: essa redação não poderá dar argumento para que se queiram desocupar um laboratório ou um ambiente administrativo numa eventual disputa por salas de aula, potencializando atritos?
4. No inciso II do Art. 3º afirma que “Laboratórios de Pesquisa: abrigam os espaços físicos das atividades de pesquisa, incluindo-se os Grupos de Pesquisa que os constituam, mas não definidos para estes últimos de modo exclusivo.” Pergunto: isto quer dizer que um espaço não poderá ser exclusivo para um grupo de pesquisa?
5. A redação do inciso III do Art. 3º ficaria melhor da seguinte forma, caso tal resolução venha a ser aprovada: “III – Laboratórios Didáticos: abrigam os espaços físicos para as atividades de formação profissional previstas nos projetos pedagógicos, podendo ser usado por mais de um curso na medida do possível.”
6. No Parágrafo Único do Art. 3º diz que “No caso dos espaços para (sic) Educação a Distância, admite-se as salas de aula como salas para web ou videoconferência.” Pergunto: isso precisa ser “admitido” numa resolução? Não é óbvio? Dentro dessa lógica não teria que também “admitir” salas administrativas para a Educação a Distância?
7. No tocante ao Art. 4º, houve várias manifestações das unidades para as quais este processo foi diligenciado, uma vez que a minuta traz possíveis atribuições às Prefeitura do Campus/CSG”, possivelmente se referindo à Diretoria Administrativa do Campus de Porto Velho (DACPVH) e as Coordenações Administrativas dos demais campi. A principal queixa neste sentido é a falta de pessoal para cumprir com as atribuições propostas e o incômodo por não terem competência para supervisionar os laboratórios. Houve sugestões para que se incluísse a Prograd e a Propesq, bem como as direções dos campi para essas funções, pois seriam quem têm maior domínio do assunto para fazer a distribuição e supervisão de salas de aulas, laboratórios e espaços de congraçamento. Em resumo: até há a concordância que é preciso haver um controle, mas a quem deveria assumir a responsabilidade as opiniões se divergem.
8. Uma das indagações das coordenadorias administrativas é o que fazer ao se constatar irregularidades. A quem se reportar? Além disso, há o questionamento se a resolução não estaria dando função de gestão a esses órgãos, quando seriam prioritariamente executores.
9. A Direa apontou que a alínea h do inciso II do Art. 4º seria uma atribuição da Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, pois não teriam condições e servidores para avaliar a segurança do ambiente de trabalho.
10. No tocante ao inciso III do Art. 4º, caso esta proposta seja aprovada, a redação deveria ser: “Caberá às direções do núcleo e campi, por meio de seus orçamentos, promover a política de aquisições e contratações de bens e serviços para a manutenção do espaço físico de suas subunidades, incluindo laboratórios de pesquisa e didáticos.”
11. O que significa o ‘cadastro’ ou ‘cadastramento’ mencionado nos artigos 5º e 6º? Quem o faria? Qual seria o Sistema?
12. No §4º do Art. 5º afirma que “as rotinas de uso do espaço físico devem estar disponíveis para o público interno e externo a UNIR, em local público e sabido.” Seria o site da Unidade? Haveria um sistema de gerenciamento dos espaços físicos?
13. No Art. 7º afirma-se que “A identificação e designação dos responsáveis pelos espaços físicos relacionados a infraestrutura da UNIR deve (sic) concluída em até seis meses após esta resolução entrar em vigor.” Quem definirá os responsáveis? Quais serão os critérios? Em caso de espaços de uso coletivo, quem será o responsável? E se a pandemia da Covid-19 se estender por um ano ou mais, como ficará esse prazo?
14. O Art. 9º afirma que “Os espaços físicos da UNIR poderão ser utilizados para o ensino, pesquisa e extensão.” Qual o sentido ou o objetivo dessa assertiva constar numa resolução?
15. No tocante ao tempo para que esta Resolução passe a vigorar, caso seja aprovada, é importante observar o Art. 4º do Decreto 10.139, de 28 de novembro 2019.
16. Por fim, cabe o registro de que não temos um Plano Diretor para os campi e tal documento poderia ajudar a dirimir muitas das indagações expostas acima. No tocante ao campus de Porto Velho, foi constituída uma Comissão por meio da Portaria n. 13/2020/PROPLAN para elaborar o Plano de Diretor (processo 9991096001.000014/2020-7). Espera-se que, tão logo seja possível, outras comissões sejam constituídas para elaborarem o plano de diretor dos outros campi. Assim, teremos melhores condições para pensar a gestão dos espaços físicos da Unir, evitando-se desgastes desnecessários e retrabalho.

Por tais razões, entendo que, no momento, o melhor é o arquivamento deste processo e aguardarmos a definição de parâmetros nos Planos Diretores em cada campus. No plano normativo, havendo uma necessidade urgente de regramento, entendo que é de competência da Prad no que tange a gestão de

patrimônio dos imóveis.

Outra questão é que a proposição entra em conflito com as competências da Prad e da Proplan nos termos do Regimento Geral:

Art. 46. A PRAD é o órgão estabelecido nos termos do artigo 32 do Estatuto e ao qual compete:

VI - Controlar e registrar contabilmente atos e fatos financeiros e patrimoniais;

VII - Manter controle patrimonial dos bens móveis e imóveis pertencentes a UNIR;

Art. 45. A PROPLAN é o órgão estabelecido nos termos do artigo 31 do Estatuto ao qual são atribuídas as seguintes competências:

V - Elaborar projetos de expansão física da UNIR;

VIII - Propor estudos sobre estrutura e procedimentos administrativos;

XIII - Acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor da UNIR.

No caso da Prad a competência é da Diretoria de Patrimônio nos termos de seu Regimento (Resolução 203/CONSAD/2018, artigos 12 e

18, http://www.secons.unir.br/uploads/ato/203_resad_CD_FG_FCC_2013_estrutura_redimensiona_PRAD_e_aprova_seu_regimento_1742298201.pdf).

E, de forma reflexa, também afeta as competências da Direa, unidade vinculada à Proplan, que no seu Regimento Interno (Resolução 014/Consad/2001) atribui a essa subunidade a nomenclatura “Assessoria de Engenharia de Projetos e Edificações”, que tem entre suas funções destacadas no inciso II do Art. 3º http://www.secons.unir.br/uploads/ato/350_014_014_res_regimento_interno_da_proplan.pdf).

Quanto ao Plano Diretor, a atribuição é do Consun (inciso I do Art. 13 do Regimento Geral) e não há ainda uma proposta apresentada, exceto a constituição da Comissão já citada, apesar de voltada apenas para o campus de Porto Velho.

Em face disso, a proposta em questão estabeleceria conflitos de competências entre as unidades acadêmicas e as pró-reitorias citadas acima, sobretudo por não haver uma metodologia que deve ser prevista em um Plano Diretor acerca da definição dos imóveis existentes, sua classificação e os critérios para alocação.

III. CONCLUSÃO E VOTO DO PARECER-VISTA

Com base no exposto anteriormente, voto pelo arquivamento deste processo.



Documento assinado eletronicamente por JOSE JULIANO CEDARO, Conselheiro(a), em 03/08/2020, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0467568 e o código CRC 3509E119.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 3/2020/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99916751e.000003/2019-96

Interessado: WALTERLINA BARBOZA BRASIL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Conselho Superior de administração - CONSAD
CÂMARA DE POLÍTICA DE PESSOAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CPPMA

Parecer de Vista	4/2020/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	Gestão dos espaços físicos na UNIR
Relator(a)	Conselheiro José Juliano Cedaro

Decisão:

Na 91ª sessão extraordinária, em 05- 08 - 2020, o pleno aprovou, por 11 votos favoráveis, 8 votos contrários e 2 abstenções, o parecer de vista 4/2020/CONSAD, o qual recomenda o arquivamento da matéria.

CONSELHEIRO ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT
Conselho Superior de Administração - CONSAD
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 07/08/2020, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0470769** e o código CRC **75B89D01**.

Referência: Processo nº 99916751e.000003/2019-96

SEI nº 0470769



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

PARECER Nº 3/2020/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 999055853.000118/2019-49
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - PORTO VELHO, CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

PROCESSO Nº	999055853.000118/2019-49
INTERESSADO:	DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - PORTO VELHO, MARIA DO SOCORRO GOMES TORRES, SECONS
ASSUNTO:	Indicação de membro NDE Ciências Contábeis PVH

I. RELATÓRIO

O processo encontra-se instruído pelos seguintes documentos: memorando 69/2019/DACCONT-PVH/NUCSA/UNIR (SEI 0265654). Portaria NDE Contábeis (0284121), Despacho DACCONT-PVH (0284124), Resolução 469/Consea/2016 (0285074), Despacho Nucsca (0285076), Resolução 461/2016 DACCONT-PVH (0285406), Despacho Nucsca (0286534), Depsacho (0286800), E-mail Daccont-PVH (0286842), Despacho DACCONT-PVH (0324393), DESPACHO DACCONST-PVH (0342900), Despacho NUCSA (0345164), Despacho Secons (0345288), Despacho CamGR (0400218), E-mail CamGR (0400274), E-mail CamGR (0405565), Parecer 15 (0406478), E-mail CamGR (0406495), Despacho Decisório 17 (0421904), Termo de Declaração CamGR (0427216), E-mail SECONS (0428349), Despacho DACCONT-PVH (0438355), Despacho NUCSA (0439581), Portaria 24 (0442811), Despacho SEC-NUCSA (0442955), Descpacho CONSEA (0455396), E-mail CONSEA (0457039) e o Parecer 3 (0457039).

II. FUNDAMENTAÇÃO

A discussão em tela, conforme argumentado no Parecer 15, está centrada na "[...] **antinomia** existente entre a resolução 461/Consea, que trata do Regulamento do NDE do Curso de Ciências Contábeis e a resolução 439/Consea, que trata da mesma temática em nível do Núcleo, o que por si a coloca como hierarquicamente superior" e tem como debate central "[...] o quantitativo de membros do NDE, onde a resolução 439/Consea especifica 5 (cinco) membros e a resolução 461/Consea possibilita a amplitude desse número, afeta a nomeação de mais um membro para o NDE do Curso de Ciências Contábeis em Porto Velho."

Em que pese a excelente discussão presente no documento acima citado, cabe destacar que o Parecer desconsidera a Resolução 285/CONSEA, de 21 de setermbro de 2012, que "dispõe sobre a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para todos os cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)". Portanto, o debate sobre a ampliação do número de membro componentes do NDE do curso de Ciências Contábeis-PVH deveria ser pautado por esta normativa, posto que é ela que dá a diretriz para a estruturação dos NDE's do âmbito desta Unir.

No que se refere ao número de membros dos NDE's, a Resolução 285/CONSEA/2012 estabelece, em seu Art. 3º, § 1º, o seguinte:

O Núcleo Docente Estruturante será constituído por 05 (cinco) docentes atuantes no curso de graduação, eleitos pelo Conselho de Departamento e que preencham os seguintes requisitos:

- I - pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- II - pelo menos 20% em regime de trabalho integral;
- III - preferencialmente com maior experiência docente na instituição

Deste modo, mesmo observando os critérios presentes nos itens I, II e III, o máximo de membros possíveis de haver na conformação de um NDE seria 05 (cinco). Ao estabelecer este limitador, a Resolução 285/CONSEA/2012 confronta o Parecer nº 04, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/CONAES, de 17 de junho de 2010, que estabelece que o NDE "Deve ser constituído por pelo menos 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso [...].

Assim, tendo em conta a importância dos NDE's, considerando sua natureza constitutiva e seu espectro de ação, e com o fito de dirimir o conflito normativo estabelecido no âmbito desta Unir, segue proposta de emenda aditiva ao Art. 3º, § 1º da Resolução 285/CONSEA/2012, com a seguinte redação:

O Núcleo Docente Estruturante será constituído por pelo menos 05 (cinco) docentes atuantes no curso de graduação, eleitos pelo Conselho de Departamento e que preencham os seguintes requisitos:

- I - pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- II - pelo menos 20% em regime de trabalho integral;
- III - preferencialmente com maior experiência docente na instituição.

Contemplada esta modificação, o teor da Resolução 285/CONSEA/2012 passa a estar em plena conformidade com a normativa superior que é o Parecer nº 04/CONAES/10 e acaba por dar cabo de suposto conflito normativo estabelecido e em análise no bojo do presente processo.

III. CONCLUSÃO

Considerando os instrumentos legais que regulam a constituição dos Nucleos Docentes Estruturantes exarados pelo Ministério da Educação e, ainda, tendo em conta a fundamentação acima exposta, que inclui a modificação Art. 3º, § 1º da Resolução 285/CONSEA/2012, sou de parecer favorável à ampliação do número de membros do NDE do curso de Ciência Contábeis-PVH.

Rolim de Moura- RO, datado e assinado eletronicamente.

Gilmara Yoshihara Franco
Conselheira



Documento assinado eletronicamente por **GILMARA YOSHIHARA FRANCO, Conselheiro(a)**, em 03/08/2020, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0466156** e o código CRC **5B8DB323**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 233, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Revoga a Resolução 285/2012/CONSEA.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Parecer nº 15/2020/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do Conselheiro Rômulo Giácome de Oliveira Fernandes - Doc. 0406478;
- Decisão da Câmara de Graduação, em 12-05-2020 - Despacho Decisório 17/2020/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR - Doc. nº 0421904;
- Parecer nº 6/2020/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, da Conselheira Gilmara Yoshihara Franco - Por pedido de vista - Doc. 0466156;
- Homologação pela Presidência dos Conselhos Superiores - Documento 0427216;
- Deliberação na 106ª sessão Plenária do CONSEA, de 05/08/2020;
- Art. 4º do Decreto presidencial 10.139, de 28 de novembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º Passa a vigorar para o § 1º do artigo 3º da Resolução 285/2012/CONSEA a seguinte redação:

Art. 3º. [...]

§ 1º O Núcleo Docente Estruturante será constituído **por pelo menos** 05 (cinco) docentes atuantes no curso de graduação, eleitos pelo Conselho de Departamento e que preencham os seguintes requisitos:

[...]

Art. 2º Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de todos os cursos de Graduação da Fundação Universidade

Federal de Rondônia (UNIR) obedecem às disposições constantes do anexo a esta Resolução.

Art. 3º Ficam revogadas a Resolução 285/2012/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, e demais disposições contrárias.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor em 01/09/2020.

CONSELHEIRO ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT
Conselho Superior Acadêmico - CONSEA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 07/08/2020, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0470841** e o código CRC **F7F76536**.

ANEXO DA RESOLUÇÃO 233/2020/CONSEA, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Art. 1º Instituir os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelado e Licenciatura – da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do projeto pedagógico de curso.

Parágrafo único. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, dentre outras:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante será constituído por membros do corpo docente efetivo do curso.

§ 1º O Núcleo Docente Estruturante será constituído por pelo menos 05 (cinco) docentes atuantes no curso de graduação, eleitos pelo Conselho de Departamento e que preencham os seguintes requisitos:

- I - pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- II - pelo menos 20% em regime de trabalho integral;
- III - preferencialmente com maior experiência docente na instituição.

§ 2º O Núcleo Docente Estruturante terá uma coordenação composta por 02 (dois) membros (coordenador(a) e vice-coordenador(a) eleitos na primeira reunião de trabalho do NDE.

§ 3º O coordenador(a) do NDE será substituído em seus impedimentos pelo vice-coordenador(a).

Art. 4º A composição do Núcleo Docente Estruturante será renovada a cada 03 (três) anos na proporção de 1/3 de seus membros, com os seguintes critérios:

I - A menor qualificação;

II - A menor experiência docente;

III - A menor produção científica no escopo da área de conhecimento;

IV - Havendo empate, pelos critérios anteriores, por sufrágio entre os membros do NDE.

Art. 5º A nomeação do Núcleo Docente Estruturante será de competência do Diretor de Núcleo e/ou de *Campus* da UNIR.